

## ***Disciplina TGT410017 – Estatuto da Cidade como suporte ao Plano Diretor***

Professor Dr. CARLOS LOCH

### **EMENTA**

Conceitos; Estatuto da Cidade, Plano Diretor; Diretrizes e instrumentos regulamentados pela Lei Federal 10.257/01 denominada Estatuto da Cidade; Aplicabilidade do Estatuto da Cidade à realidade brasileira; CTM e o Plano Diretor; Plano Diretor e a Gestão Democrática, Estatuto da Cidade e o Plano Diretor, Estatuto da Metrópole

### **CONTEÚDO**

- 1- Retrospectiva sobre a criação do Estatuto da Cidade;
  - 1.1 o que antecedeu o Estatuto
  - 1.2 quem foi o grupo mentor
  - 1.3 Este grupo era representativo da realidade brasileira
  - 1.4 Não seria Estatuto do Município ao invés de Estatuto da Cidade
  - 1.5 O estatuto da Metrópole e a Metropolização

Gedes, P. **Cidades em Evolução**. Campinas, Papirus, 1994.

Imhof, E. (1982). **Cartographic relief presentation**. Berlin, Ed. De Gruyter, 389 p

Lang, S. & Blaschke, T. **Análise da Paisagem com GIS**, São Paulo, Oficina de Textos, 2009. 424 p.

- 2- Avaliação dos conceitos do Estatuto da Cidade e Plano Diretor
  - 2.1 O que é o plano Diretor
  - 2.2 Existe conscientização da população brasileira quanto ao valor do Plano Diretor
  - 2.3 O que é o Estatuto das Cidades
  - 2.4 O que é o Estatuto em relação ao Plano Diretor
  - 2.5 Um plano diretor pode ser contra os princípios do Estatuto?
  - 2.6 O que a Lei do Estatuto da metrópole de 2015, veio acrescentar ao Estatuto da Cidade

Brasil. Estatuto da Cidade: Lei 10.257. Brasília, CEF, 2001. 272 p.

Fernandes, E. et al. **Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil**. Belo Horizonte, Del Rey, 2001. 627 p

Brasil – Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo**. Brasília, Ministério das Cidades, Terceira Edição, 2008.

Mattos, L. P. et al . **Estatuto da Cidade Comentado**. Belo Horizonte, Mandamentos, 2002. 480 p

Saraiva, A. P. **Princípios de Arquitectura Paisagista e de Ordenamento do Território**. Lisboa, Editora João Azevedo, 2005. 585 p.

3- Avaliação dos principais temas relacionados direta e indiretamente com a produção do espaço urbano e regional com relação ao Estatuto da Cidade;

3.1 zonas homogêneas urbanas

3.2 zonas homogêneas rurais

3.3 gestão participativa e a uniformidade de investimentos em relação às diferentes zonas

3.4 Audiências públicas setoriais para a constatação dos problemas locais.

3.5 O estatuto da metrópole vai trazer exigências para os planos diretores?

Brasil – Ministério das Cidades. **Manual de Regularização Fundiária Plena**. . Brasília, Ministério das Cidades, Segunda Edição, 2009..

Brasil. Lei 10.257 de 10/07/01 (**Estatuto da Cidade**). Diário Oficial da União, Seção I (Atos do Poder Legislativo). Edição nº 133 de 11/07/01

Imhof, E. (1982). **Cartographic relief presentation**. Berlin, Ed. De Gruyter, 389 p  
Lang, S. & Blaschke, T. **Análise da Paisagem com GIS**, São Paulo, Oficina de Textos, 2009. 424 p.

Saraiva, A. P. **Princípios de Arquitectura Paisagista e de Ordenamento do Território**. Lisboa, Editora João Azevedo, 2005. 585 p.

4- Aplicação dos instrumentos urbanísticos regulamentados no Estatuto da Cidade;

4.1 explicar o que vem a ser os instrumentos para a realidade do município

4.2 aplicabilidade de cada instrumento à realidade municipal

4.3 Necessidade de audiências públicas temáticas que avalizem a aplicabilidade de cada instrumento

Franck, A.U. et all. **Geo-Information Management Systems- a Major Global Public Issue and its Educacional Challenges**. Vienna, Technical University, 1995. 118 p.

Mattos, L. P. et al . **Estatuto da Cidade Comentado**. Belo Horizonte, Mandamentos, 2002. 480 p

Saraiva, A. P. **Principios de Arquitectura Paisagista e de Ordenamento do Território**. Lisboa, Editora João Azevedo, 2005. 585 p.

### **VILLAÇA, F. A crise do planejamento urbano. São Paulo em Perspectiva**

5- Fomentar discussões e reflexões sobre experiências já consolidadas com respeito as diretrizes gerais apresentados no Estatuto das Cidades

5.1 correlacionar cada diretriz às peculiaridades do município

5.2 mostrar as implicações de cada diretriz em relação a cada setor da economia local

5.3 mostrar as implicações das diferentes diretrizes nas diferentes realidades sociais

5.4 Necessidade de audiências públicas temáticas que avalizem a aplicabilidade de cada diretriz

Bähr, H.P. & Vögtle T. **GIS for Environmental Monitoring**. Stuttgart, Scheizerbart, 1999, 360 p.

Bruna, G. C. ET all **Questões de organização do Espaço Regional**. São Paulo, Nobel 1981.

Erba, D.A. **Aplicaciones Del Cadastro Multifinalitario en la definición de Políticas de Suelo Urbano**. Cleveland, Lincoln Institut of Land Policy USA . 2004.

Mendonça, F. ET all **Impactos Socioambientais Urbanos**. Curitiba UFPR, 2004. 328 p

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução critica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

## 6- Direito Urbanístico e política Urbana

6.1 O direito urbanístico é um direito constitucional brasileiro

6.2 como conscientizar a população quanto ao direito urbanístico

6.3 Como construir uma política urbana sustentável

6.4 qual a diferença entre política pública e interesse político?

Fischer, T. ET all **Gestão do Desenvolvimento e Poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador, Casa da Qualidade, 2002, 341 p

Gedes, P. **Cidades em Evolução**. Campinas, Papirus, 1994.

Güell, J.M.F. **Planificacion Estratégica de Cidades**. Barcelona, 1997, 240 p.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 1992.

## 7- Necessidade do CTM para a estruturação de um Plano Diretor Moderno

7.1 O CTM garante a medição, a legislação e a economia ao nível de cada parcela imobiliária

7.2 O CTM mostra o ator de qualquer ação que interfere na ocupação do solo

7.3 O plano diretor deve mostrar aonde e como interferir na legislação para garantir um futuro equilibrado

Bähr, H.P. & Vögtle T. **GIS for Environmental Monitoring**. Stuttgart, Scheizerbart, 1999, 360 p.

Bruna, G. C. ET all **Questões de organização do Espaço Regional**. São Paulo, Nobel 1981.

Erba, D.A. **Aplicaciones Del Cadastro Multifinalitario en la definición de Políticas de Suelo Urbano**. Cleveland, Lincoln Institut of Land Policy USA . 2004.

## 8- Necessidade do CTM para a implementação do Estatuto das cidades, que exige a identificação da realidade físico espacial municipal; caracterizando espaços ociosos, sua evolução com o decorrer do tempo.

8.1 é possível interferir na legislação sem conhecer a evolução da realidade da paisagem?

8.2 é possível atender os instrumentos e as diretrizes sem conhecer a realidade ocupacional?

8.3 é possível propor alguma alteração legal e comportamental da população sem saber quem são os responsáveis pela degradação

Lang, S. & Blaschke, T. **Análise da Paisagem com GIS**, São Paulo, Oficina de Textos, 2009. 424 p.

Loch, C. **Cadastro técnico rural multifinalitário como base à organização espacial do uso da terra a nível de propriedade rural**. Florianópolis, UFSC, Tese para Professor Titular, .1993 128 p.

Loch, C & Erba, D. A. **Cadastro Técnico Multifinalitário Rural e Urbano**. Cleveland, Lincoln Institut of Land Policy, USA, .2007. 160 p

**9-** Ações públicas que garantam a justiça social e o direito à Terra.

9.1 agir de tal forma que se evite as desigualdades de direitos do cidadão

9.2 interferir para corrigir ações que geraram prejuízos a sustentabilidade

9.3 zelar para que as ações de uns não prejudiquem os direitos de vizinhança ou direitos coletivos

Mattos, L. P. et al . **Estatuto da Cidade Comentado**. Belo Horizonte, Mandamentos, 2002. 480 p

Bruna, G. C. ET all **Questões de organização do Espaço Regional**. São Paulo, Nobel 1981.

**10-** Gestão Democrática do espaço físico municipal

10.1 zelar para que a gestão participativa atenda todos os direitos individuais

10.2 zelar que reivindicações de uns não prejudiquem a outros

10.3 corrigir os erros individuais a partir da identificação do ator ambiental, para começar com a educação construtiva, até os casos de punições e reparação dos danos

MARICATO. Ermínia, Arantes et. elli. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchas consensos**. São Paulo. Vozes, , 2000.

Bruna, G. C. ET all **Questões de organização do Espaço Regional**. São Paulo, Nobel 1981.

#### **11- Democracia e a Justiça social**

11.1 O que é democrático

11.2 O que é justiça social

11.3 O que o Estatuto traz de novidade na democracia e na justiça social – o zelo pelo direito individual

MARICATO. Ermínia, Arantes et. elli. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchas consensos**. São Paulo. Vozes, , 2000.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 1992.

#### **12-Avaliação de programas Federais, Estaduais e Municipais quanto ao tema**

12.1 CIATA

12.2 PNAFM

12.3 PMAT

12.4 Ministério das Cidades

12.4 Ministério da Reforma agrária

**Revista da Fundação SEADE**. SP, vol. 9, n.2, 1995, p. 45-50.

<http://www.pindamonhangaba.sp.gov.br/planodiretor/downloads.asp>, pesquisado em 09/06/12

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400014&script=sci_arttext) pesquisado em 09/06/12

[http://www.faac.unesp.br/direitos-](http://www.faac.unesp.br/direitos-humanos/Anais_III_Encontro/arquivos/trab/pdf/2/4.pdf)

[humanos/Anais\\_III\\_Encontro/arquivos/trab/pdf/2/4.pdf](http://www.faac.unesp.br/direitos-humanos/Anais_III_Encontro/arquivos/trab/pdf/2/4.pdf) pesquisado em 09/06/12

#### **13- BIBLIOGRAFIA**

Brasil. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257. Brasília, CEF, 2001. 272 p.

Fernandes, E. et al. **Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil**. Belo Horizonte, Del Rey, 2001. 627 p

Brasil – Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo**. Brasília, Ministério das Cidades, Terceira Edição, 2008..

Brasil – Ministério das Cidades. **Manual de Regularização Fundiária Plena**. . Brasília, Ministério das Cidades, Segunda Edição, 2009..

Brasil. Lei 10.257 de 10/07/01 (**Estatuto da Cidade**). Diário Oficial da União, Seção I (Atos do Poder Legislativo). Edição nº 133 de 11/07/01

Bähr, H.P. & Vögtle T. **GIS for Environmental Monitoring**. Stuttgart, Scheizerbart, 1999, 360 p.

Bruna, G. C. ET all **Questões de organização do Espaço Regional**. São Paulo, Nobel 1981.

Erba, D.A. **Aplicaciones Del Cadastro Multifinalitario en la definición de Políticas de Suelo Urbano**. Cleveland, Lincoln Institut of Land Policy USA . 2004.

Franck, A.U. et all. **Geo-Information Management Systems- a Major Global Public Issue and its Educacional Challenges**. Vienna, Technical University, 1995. 118 p.

Fischer, T. ET all **Gestão do Desenvolvimento e Poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador, Casa da Qualidade, 2002, 341 p

Gedes, P. **Cidades em Evolução**. Campinas, Papirus, 1994.

Güell, J.M.F. **Planificacion Estratégica de Cidades**. Barcelona, 1997, 240 p.

Guerra, A. J. T. ET all **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de janeiro, Bertrand Brasil, 2001. 416 p.

Imhof, E. (1982). **Cartographic relief presentation**. Berlin, Ed. De Gruyter, 389 p  
Lang, S. & Blaschke, T. **Análise da Paisagem com GIS**, São Paulo, Oficina de Textos, 2009. 424 p.

Loch, C. **Cadastro técnico rural multifinalitário como base à organização espacial do uso da terra a nível de propriedade rural**. Florianópolis, UFSC, Tese para Professor Titular, .1993 128 p.

Loch, C & Erba, D. A. **Cadastro Técnico Multifinalitário Rural e Urbano**. Cleveland, Lincoln Institut of Land Policy, USA, .2007. 160 p

Mattos, L. P. et al . **Estatuto da Cidade Comentado**. Belo Horizonte, Mandamentos, 2002. 480 p.

MARICATO. Ermínia, Arantes et. elli. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchas consensos**. São Paulo. Vozes, , 2000.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 1992..

Mendonça, F. ET all **Impactos Socioambientais Urbanos**. Curitiba UFPR, 2004. 328 p

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

Molina, M.G. A. (2003). **Cadastro Imobiliário**. Valencia Centro de Ingenieria Econômica. 425 p.

Orea, D. G. **Planificacion Rural**. Madrid, Editorial Agrícola, 1992. 396 p.

Saraiva, A. P. **Principios de Arquitectura Paisagista e de Ordenamento do Território**. Lisboa, Editora João Azevedo, 2005. 585 p.

VILLAÇA, F. A crise do planejamento urbano. São Paulo em Perspectiva.

**Revista da Fundação SEADE**. SP, vol. 9, n.2, 1995, p. 45-50.

<http://www.pindamonhangaba.sp.gov.br/planodiretor/downloads.asp>, pesquisado em 09/06/12

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400014&script=sci_arttext) pesquisado em 09/06/12

<http://www.faac.unesp.br/direitos->

[humanos/Anais\\_III\\_Encontro/arquivos/trab/pdf/2/4.pdf](http://www.faac.unesp.br/direitos-humanos/Anais_III_Encontro/arquivos/trab/pdf/2/4.pdf) pesquisado em 09/06/12